

UM OLHAR ESCOLANOVISTA SOBRE A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

*Lenira Weil Ferreira**

ABSTRACT

This paper intend to analyse the interpretation from Fernando de Azevedo, that "represent" the "escolanovismo" in the work "The Brazilian Culture". The work present constitutive moments that give the historicity to the Education History, in a sociology vision of analyse and interpretation where the author is one "marco" of the educational history in the country, that is constitutive and "productor" of a mentality.

RESUMO

Neste artigo, pretende-se analisar a interpretação feita por Fernando de Azevedo, representante do escolanovismo, na obra *A Cultura Brasileira*. A obra apresenta momentos constitutivos que dão historicidade à História da Educação, dentro de uma visão sociológica de análise e interpretação onde o Autor é marco da historiografia educacional no País, pois é constitutivo e produtor de uma mentalidade.

Uma Cultura Nacional

O professor e sociólogo Fernando de Azevedo, com formação sedimentada na concepção clássica – escolanovista e redator do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932, enfoca na obra "*A CULTURA BRASILEIRA*" na parte III - *A Transmissão da Cultura*¹ - uma síntese da evolução cultural do Brasil e de suas instituições pedagógicas. Trata do "descobrimento" até o início dos anos sessenta,

* Professora Adjunta da P UC do Rio Grande do Sul – PUCRS.

¹ A obra *A CULTURA BRASILEIRA* será citada várias vezes, utilizada neste artigo a edição de 1963:e a página consultada.

numa visão sociológica de análise e interpretação, produzindo uma historiografia da educação brasileira.

A obra apresenta as tendências da educação, fixando o caráter da cultura, sua relação e influência com a sociedade. No período colonial, a produção cultural brasileira está fundamentada no jesuitismo humanista; durante o Império, na influência francesa; no vigor bacharelesco, a primeira República e após os anos 30, na grande renovação educacional.

O período colonial é caracterizado, na obra, pela formação de uma unidade cultural, estabelecida pelos jesuítas através de um sistema de ensino coeso, com um plano geral de educação, de tendência literária, com desinteresse pela ciência, indiferente às questões sociais, mas que, atingindo homogeneidade, modela a formação de intelectuais e faz surgir uma cultura, a brasileira. Porém, se a unidade cultural é uniforme quanto ao desenvolvimento do ensino, religioso e humanista, isto nada tem de nacional, já que é predominantemente transplantada, importada. Contraditoriamente, não há unidade, pois as condições econômicas, físicas e políticas não o permitem. O que ocorre é a homogeneidade cultural na formação de poucos, surgindo uma aristocracia de letrados e bacharéis que formam uma cultura de elite. Há uma cultura transmitida a este estamento originário da Europa, enquanto a maioria continua analfabeta, demonstrando que não há uniformidade, nem unidade. Os jesuítas impuseram uma formação que nada tinha de nacional, e a unidade conseguida, o que é muito questionável, atingiu alguns, estimulando as atividades intelectuais aristocráticas do País. A cultura provinha do estrangeiro e era destinada a poucos, estabelecendo-se homogeneidade na clientela e na dominação, não na educação. Unicidade de alguns na língua e na religião, pois a relação com outras culturas resultaria em diversidade. Em suma, a Igreja, durante o Brasil Colônia, com o ensino jesuítico, domina e subjuga a sociedade através de uma cultura desvinculada do contexto, isolada, sem nexos entre si que, pela existência de poucos centros urbanos, não tem possibilidade de socializá-la e que favorece uma minoria. Não se trata de pontuar se esta cultura é religiosa ou leiga, portuguesa ou brasileira, mas admiti-la como existente.

E o que se vê é exatamente isso: nos poucos centros urbanos isolados pelas condições físicas, econômicas e políticas, surge uma produção cultural na Colônia, através das escolas e dos cursos, porém atinge a poucos já que a maioria é analfabeta.

Mas é clara a monopolização e o engessamento que os jesuítas provocaram na estrutura econômica e por isso são expulsos. As reformas pombalinas que substituíram o modelo jesuítico, não conseguem formar um sistema educacional. Apesar de trazerem idéias iluministas, através das aulas avulsas, atingem poucos e são ineficazes. O gosto literário e erudito, desenvolvido pelos padres, é substituído pelos bacharéis enciclopedistas, formados nas Academias de São Paulo e Olinda. As reformas pombalinas esfacelam o plano geral de educação dos jesuítas e, neste sentido, quebraram a unidade. Suas idéias pedagógicas “progressistas”, na verdade, organizam a educação de acordo com os interesses da Coroa, mas não têm eficácia na execução.

Comprova-se, assim, o isolamento no País de uma educação que homogeneiza a formação de poucos e é hegemônica no sentido de um segmento monopolizar o conhecimento. Apesar de as reformas manifestarem uma nova orientação do governo português, determinado por condições econômicas e políticas, o que ocorre é o rompimento na formação educacional, mas com a manutenção do interesse em formar uma elite na Colônia que corresponda diretamente aos seus interesses.

Fernando de Azevedo não faz esta interpretação, nem vê que a modernização proposta por Pombal, apesar de ser completamente europeizante, é uma tentativa hegemônica. Na formação do sistema educacional, se as aulas avulsas tivessem tido êxito, não retornaríamos à formação tradicional. Portugal dependia da mineração colonial, e por isso houve um movimento inverso, de retorno ao tradicional, pois a educação, neste momento, não compactuava, nem poderia condizer com nenhuma proposta de emancipação. Em síntese, as questões não são educacionais, mas econômicas. O autor tem clareza que a valorização das letras sobre a ciência, do ideal sobre o método, do espírito dogmático sobre o crítico e o de investigação favorecem as elites (a aristocracia rural e a burguesia urbana) nas suas condições sociais e econômicas, pois se fosse o contrário, esta aristocracia não se sustentaria. Em suma, reforçando a distinção da própria classe

hegemônica, reafirma a unidade e a integração da educação nacional através do ensino literário, dogmático, que favorece as elites e forma uma aristocracia de letrados e bacharéis. Como sustentar tal afirmação? Tem-se clareza de que isto marca fortemente a divisão social, e que o ensino tradicional e humanístico é, em síntese, um ensino de classe.

As Instituições Privadas e Públicas

Durante o Império o fracionamento do ensino e a dualidade de sistemas² geram descentralização. A formação literária e clássica mantém-se, apesar de o ensino ser deficiente, precário, de má qualidade e não haver as mesmas condições e oportunidades para todos. Há o favorecimento dos quadros burocráticos do Estado e o uso da educação como estratégia para solucionar problemas políticos e econômicos de uma classe social específica. Esta política educacional favorece o surgimento de instituições privadas.

Fernando de Azevedo não admite que a fragmentação e descentralização da educação garantam uma formação cultural conveniente à elite. Mas é ela que determina e sustenta a estrutura imperialista e mantém o latifúndio escravista, inviabilizando a concretização de um projeto educacional durante o Império. A descentralização e a dualidade de sistemas geram multiplicidade de orientações, que durante toda a Primeira República, legitimam e reafirmam os interesses de classe, mas isto, para o Autor, não gera a fragmentação, já que se solidifica a hegemonia dos proprietários rurais.

Mas com a República e a Constituição de 1891 num processo de democratização da cultura, sob o efeito da extensão geral da rede escolar sob as idéias americanas, cria-se para o autor, uma nova estrutura no ensino. O Estado, como mediador, usa a educação como solução dos problemas sociais, e através de inúmeras reformas pedagógicas, impõe a ideologia da classe dominante. Há rompimento

² O Ato Adicional de 1834 trata da dualidade de sistemas: a) sistema federal: ensino das elites (secundária e superior); b) sistemas estaduais: educação popular (primário e profissional).

com os valores tradicionais, sem alterar valores essenciais, demonstrando avanço referente à burguesia e não às outras camadas sociais. A interpretação que Fernando de Azevedo faz é válida ao constatar que a descentralização e a dualidade de sistemas ocorrem por interesse da classe dirigente em manter e efetivar sua unidade, necessitando, assim, descentralizar a educação e criar distintos sistemas para a sua manutenção. Com isso, reforça a orientação educacional tradicional e acadêmica, o conservadorismo. O sistema educacional da Primeira República é deficitário, com altos índices de analfabetismo³, poucas escolas elementares, muitas reformas educacionais e um ensino literário com padrões tradicionais. A década de vinte reflete ora conservadorismo ora renovação e evidencia o vínculo do modelo educacional com os interesses políticos e econômicos burgueses.

Do início do século até os anos cinquenta, para o autor, ocorre crescimento do número de escolas, desigual nas regiões do país, sem atingir a população global e é nas regiões de desenvolvimento econômico e social, com aglomerações urbanas, que o ensino se desenvolve. Mas a expansão do sistema de ensino geral não afasta o analfabetismo, já que, na década de cinquenta, para “uma população de 55 milhões, 30 milhões não dispõem da mais rudimentar instrução” (1963:719). A carreira militar ou as profissões liberais eram a educação superior que os brasileiros poderiam seguir. O tipo de instrução e cultura, baseada nas humanidades, está em consonância com o rudimentar sistema econômico. Toda e qualquer atividade relacionada à profissão técnica e ao trabalho físico é rejeitada por estar associada ao trabalho servil, basicamente ao escravo. Frente a isso, a escola pública é a única maneira de construir a unidade social, pois só ela cria “uma linguagem comum e um entendimento comum”. Mas a democratização do ensino, extensiva a todos, apesar de legítima, apresenta um aspecto negativo que é o rebaixamento da qualidade, que necessariamente não está ligada aos conteúdos ensinados, mas ao seu objeto, isto é, “ao espírito como

³ Instituto Nacional de Estatística - Anuário Estatístico do Brasil, ano II, 1936,p.43, afirma que estes índices são de 75% da população em 1920,in M^a Luisa Ribeiro.

são ministrados”(1963:720).

Se o autor anuncia alguma ameaça, ela é estritamente vinculada à classe dirigente, pois a cultura científica é pouco desenvolvida pela burguesia e pelas elites intelectuais, apesar de o positivismo no campo educacional favorecer conteúdos científicistas que chocam-se com o ensino tradicional literário humanista. É um período de enorme efervescência política e cultural. Apesar das manifestações serem características do avanço burguês dos modernistas, elas rompem com os valores tradicionais, sem romper, todavia, como afirma SODRÉ (1986:58), “com os valores essenciais que lhe permitem o avanço”. É inegável o que o modernismo representou e correspondeu ao desenvolvimento das relações capitalistas, já que o avanço da burguesia estava em questão, e não as outras camadas sociais. As transformações ocorrem sem consciência de que a manutenção da tradição, daquilo que era institucional, geraria problemas frente à revolução industrial.

Com a chegada dos imigrantes no século XIX, há sonegação do conhecimento por parte do próprio imigrante aos seus aprendizes, com a desculpa de que o que se faz é empírico e sem finalidade educativa. Há preconceito com o trabalho manual e mecânico. Enquanto o resto do mundo industrializa-se e valoriza o ensino técnico, o Brasil continua escravocrata. Mesmo com a República, a organização econômica não consegue ultrapassar o domínio agrícola e a sociedade brasileira, durante cerca de trinta anos, tem uma indústria rudimentar em formação, na qual tanto a cultura científica como a técnica não são a preocupação do País.

No olhar dos escolanovistas, as mudanças só surgem depois de 1930, quando aparece realmente o primeiro surto industrial e, com isso, alargam-se as “nossas maneiras de pensar e sentir”(1963:735). Com a concentração urbana, a imigração e o aumento da densidade demográfica, a sociedade se transforma. Dos anos trinta aos quarenta, com a crescente indústria, surgem novas ideologias, novas lutas políticas e partidos. Por tudo isto, a educação tem novas idéias sociais e políticas e, a partir dos anos trinta, entra-se numa nova fase da educação nacional. Estes anos e os subseqüentes são de modernização e reformas, proporcionando quebra na política

educacional tradicional, refletindo qualidade de ensino, que gera democratização na educação.

Modernização e novo estilo é a grande discussão travada entre renovadores e conservadores, tanto uns quanto outros defendem interesses particulares, pois quando assegurada a escola pública, leiga e laica, será para garantir a hegemonia da classe burguesa. Sabe-se que a laicização, no discurso do autor, está ligada a um “poderoso e complexo sistema ideológico de cunho nacionalista” (C.G. MOTA, 1985:78) de interesse do próprio Estado, o que, na realidade, compactuava com as idéias renovadoras e perpetuava as diferenças sociais. Nisto não há nada de renovador, nem de revolucionário, nem há minimamente democratização.

Através das reformas e das correntes pedagógicas, a cultura industrial e a formação técnica avançam expressivamente para os “estudos de iniciação e preparação para o trabalho” (1963:738). Abre-se novo caminho no país para a especialização e diferenciação profissional com o governo Vargas. Para os renovadores, a Carta Constitucional de 1937 leva a educação técnica e profissional a ser consagrada na nova orientação da política educacional, mas, na realidade, o ensino profissional se destina às classes menos favorecidas, pois além do Estado estabelecer um pacto de cooperação com as indústrias, a preocupação é preparar maior mão-de-obra para as novas opções de mercados que surgem no País. O que acontece no regime ditatorial do Estado Novo é o desenvolvimento do modelo capitalista, com base na indústria, que derruba a aristocracia do café e faz crescer a composição do Estado. Para Fernando de Azevedo, “a educação profissional, bem como o processo de adaptação às mudanças sociais” (1963:739), são criadas pela indústria, pela racionalização do trabalho, pelos sindicatos, ou seja, pelas necessidades do indivíduo. Com isto, o Estado tem que reorganizar as bases do ensino técnico e profissional para um maior desenvolvimento. Fica clara aqui a colocação individualista e personalista do autor, pois as questões não são de interesse do indivíduo mas sim do próprio Estado. Se há alguma reorganização no ensino é de interesse pura e exclusivamente do Estado e da classe que o mantém no poder. Se a educação se especializa em função das classes e grupos profissionais que o mercado absorve, a educação

geral ou comum, constitui-se a mesma. Por isso, até a Segunda Guerra Mundial, ser bacharel, médico, engenheiro é primazia da elite, uma vez que as profissões liberais conduzem ao sucesso. O que há é conservação na realização e satisfação das elites. O bacharelismo é a síntese do período - é o estilo, a resistência conservadora da oligarquia e o desejo da burguesia urbana.

Uma Política Educacional

Após 1930, com as universidades, há crise cultural, quando a atividade intelectual, filosófica e científica não é considerada trabalho, mas diletantismo. Para o autor, a grande falha do nosso sistema cultural é a falta de pesquisa, pois no domínio da ciência aplicada, mesmo antes das universidades, somente o Instituto Manguinhos irradiava cultura científica. De resto, continua a formação prática sem técnica e sem ciência. A noção que se mantém é a de que as universidades não são centros de pesquisa.

Na década de quarenta, a afluência ao curso de Filosofia, Direito ou de cultura geral era de três para um, se comparada aos cursos de ciência aplicada. Mesmo assim, a especialização profissional começa a desenvolver-se “no domínio das ciências físicas e químicas” (1963:748), e as profissões liberais de preponderância intelectual permanecem como núcleo de formação, pois as universidades sempre estiveram ligadas à tradição das carreiras liberais e pouquíssimas à cultura técnica, pois estas dependiam do desenvolvimento da indústria. Isto justifica a lentidão na busca de novas estruturas, a uniformização do poder central e as questões políticas. Fernando de Azevedo relata que, nos anos sessenta, há desenvolvimento das especializações não só na área científica, filosófica e literária, mas também pedagógica. Isto produz uma “diversidade de interesses, de tendências e de ambições” (1963:754) que modificam culturalmente o país e o enriquecem com novos aspectos. Afirma que, desde o Império até os anos trinta, o bicefalismo entre uma cultura literária e profissional perdura, até começar a ser substituído, nos anos sessenta, com o surgimento de uma sociedade diferenciada “pela divisão social do trabalho”, com base científica mais variada, em “função do meio e do

clima histórico”(1963:755). Desta forma, a inteligência brasileira estende-se e reforma-se através de melhores condições de comunicação, de transporte, radiodifusão, ciência, indústria, etc. A idéia fundamenta-se numa política nacional de educação e cultura que, na década de cinquenta e sessenta, tem condições de desenvolver e consagrar a unidade da “nossa história e de nossas tradições”(1963:758). Frente a todas as transformações sociais, políticas e econômicas mantém-se a política escolar, em consonância com política geral, na qual os valores e os padrões sociais são mantidos e reafirmam a liberdade de consciência, o respeito ao direito e à dignidade da pessoa humana.

Realmente, o que aconteceu foi a diversidade das atividades econômicas, fazendo com que modificassem as condições da mão-de-obra da classe operária, melhorando suas condições, bem como o crescimento do setor médio e a formação do empresariado brasileiro ligado ao capital estrangeiro. Desta forma, fica nítida a preocupação com a educação quantitativa, que ela atinja o maior número possível de alunos e que se amplie consideravelmente. Não há preocupação com a formação do aluno, nem com o professor; pouco se fez quanto à sua qualificação.

O ensino geral, que é comum a todos, e os ensinos especiais que produzem uma diversidade de interesses, tendências e ambições que são fruto da divisão social do trabalho, podem propor uma política nacional de educação e cultura, como núcleo de formação de uma minoria que é fruto da divisão social do trabalho. Estas questões nem são tratadas pelo autor, mostrando seu distanciamento ao contexto, bem como às questões sociais.

Há duas idéias básicas em Fernando de Azevedo: a primeira é que a mudança de mentalidade é condição essencial para resolver problemas da realidade educacional; a segunda é que os problemas da educação devem ser a discussão de suas finalidades. A idéia de que a mudança ou transformação da mentalidade deve partir de uma nova escola que atinja todo o território nacional só serviu ao governo. A idéia da mesma cultura intelectual e moral, fazendo da educação instrumento de democratização e modernização social, na qual a escola será democrática e moderna se for única, a mesma para todos, com

unidade de concepção e atingindo um fim social, só favorece a alguns.

O escolanovismo prega a educação com estrutura social organizada, com unidade (o que não significa uniformidade), que não seja formal nem rígida, sem diferenciação regional. Assim, a educação é “um problema político que está ligado à vida econômica, social e cultural do país” (1963:661). Porém, esta política educacional reaviva os traços elitistas.

No olhar de Fernando de Azevedo, o problema maior é a formação de uma cultura nacional, pois, no país, sempre houve divórcio entre os que sabem, decidem e podem e aqueles que não sabem, obedecem, porque não detêm a informação. O discurso de que o povo é “carente de educação e cultura” e que a realidade brasileira necessita de planos revolucionários no campo educacional é exatamente o da classe dirigente, ao determinar o que é educação e quais as funções do Estado com relação às questões educacionais. Há falta de consciência do governo e das elites que formam o mesmo bloco, quanto aos problemas reais e à política educacional. Por isso, os renovadores afirmam que a escola tem preocupação com o social e a unidade nacional, pois nela a questão do trabalho aparece vinculada aos deveres e direitos do cidadão. A proposta da escola seria diminuir a distância entre os intelectuais e os trabalhadores e colaborar para a democratização.

Florestan Fernandes afirma que a escola é fator de mudança para Fernando de Azevedo, pois a renovação deve começar na escola e não se realizar somente na escola(1966:554). O sentido está, então, em diminuir a distância entre as classes sociais e não dosar o trabalho manual com o intelectual. A melhor capacidade a ser desenvolvida na escola é a intelectual, a escola “prepara para a vida” e este sentido é eminentemente social. Temos clareza que tanto a escola como a educação têm uma finalidade social, de preparação, porém preparação de alguns, aqueles que têm melhor capacidade, reafirmando assim sua posição elitista. A escola, assim como a indústria, representa a forma planejada de reprodução do sistema social. Para os escolanovistas a questão não era mudar as relações sociais de produção, mas qualificar e ilustrar o povo até que estivesse

apto a participar do processo cultural. Nesse sentido, concordamos com C.G. MOTA (1985:79) quando ele afirma que isto “é um conceito liberal, pois elimina a noção de classe social”, liberal pois privilegia, no discurso, as questões educacionais bem como as chances e o acesso de todos à educação.

Transformação Estrutural na Educação

Afinal, como é vista a educação para Fernando de Azevedo? É um processo de seleção de talentos? É valorização de capacidades? É ilustração? É qualificação?

No seu entendimento, a educação não é passiva, mas ativa. Ela pode servir de instrumento para transformações sociais e estas podem ocorrer quando houver redução da distância entre as classes, o que acontecerá pelo critério das capacidades. Não parece contraditório? Como reduzir a distância entre as classes e, ao mesmo tempo, admitir como satisfatória a seleção dos melhores, dos mais capacitados?

No Brasil, a influência predominantemente liberal, própria da burguesia, tem, em Fernando de Azevedo, seu representante, na obra *A Cultura Brasileira*. Ele demonstra que, desde o descobrimento até meados da década de sessenta, a educação do Brasil é acadêmica, tradicional, conservadora, cognitiva, pragmatista, progressista, renovada, católica, enfim... adjetivada das mais diferentes formas, com diversas nuances, porém desligada das estruturas sociais. E o que se quer é a transformação estrutural da sociedade, atingindo as necessidades educacionais.

De acordo com M^a Elisabeth S. XAVIER (1990), se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção sem o preparo intensivo das forças culturais. No caráter liberal e progressista de Fernando de Azevedo, isto não se confirma, pois a questão não era mudar as relações de produção, mas qualificar todos a participar do processo político-cultural. Para o autor, a educação transmite a experiência social, a tradição, garantindo e

assegurando a sua continuidade e defendendo a permanência da unidade social no tempo, numa visão funcionalista da educação, já que a transmissão da educação se fundamenta na noção de continuidade. Nada disso é suficiente à explicação histórica, pois o funcionalista argumenta que se algo existe, existe em relação ao outro, ou seja, se explica em função. E a função de um fato deve ser procurada na relação que ela mantém com algum fim social, para que assim ela explique a causa eficiente que a produz e a função que ela preenche. A funcionalidade é uma regularização; desta forma, encara a educação como um processo pelo qual as pessoas adquirem conhecimento e, a partir disso, enquadram-se numa ordem de valores sociais, onde os mais preparados terão as melhores chances. Há uma valoração dos melhores, dos mais talentosos, e a questão da qualidade está intimamente ligada à distinção das classes sociais. Para ele, se a educação é padronizada e uniformizada, a qualidade é atingida, se democratizada a educação das massas, a qualidade é rebaixada desta forma, o povo só acerta quando educado e dirigido, e a escola é o lugar que deve promover a redução da distância entre as elites e os outros de menor instrução. Mas segundo seu posicionamento, sempre há um grupo com mais capacidade que o outro, ambos com aspectos do mesmo problema, o da política educacional nacional. Na obra *Sociologia Educacional*(1964:75), Fernando de Azevedo fala em capacidade transmitida de uma geração a outra, “de uma geração já formada sobre uma geração em formação, do sujeito ativo ao sujeito passivo”. A educação é transmissão de uma geração para outra geração. É a tradição que resulta das experiências e necessidades da vida em sociedade. É por meio dela que todos mantêm coesão no espaço e continuidade na evolução, pois “a herança sagrada, que deve ser imortal, de nossa história e de nossas tradições”, é fundamental.

Fernando de Azevedo teria dado “o exemplo do ideólogo que pretende reconstruir e regenerar a cultura a partir da escola”, para A. BOSI (in C. G. Mota, 1985), onde o mal não estaria nos valores propostos, mas na ingênua e cândida aceitação de um “progressismo fatal que os realizaria harmoniosamente, mediante a escolarização do povo brasileiro”.

Na obra *A Cultura Brasileira*, Fernando de Azevedo mostra como “arquitetou” a historiografia da educação brasileira, e que a salvação da unidade nacional se dá com as Reformas, basicamente a de 1928 do Distrito Federal, que propõe um sistema escolar integral e consegue, sem veto, a sua aprovação com apoio do governo de Washington Luís. A Reforma de 1928 tem como princípios a extensão do ensino, a articulação e a adaptação, e estes são a base do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932 que, contra o conservadorismo⁴, propõe uma escola socializada, não doutrinária, mas regida pela gratuidade e participação. O Manifesto estabelece princípios em que a educação deve ser moderna em lugar de ser tradicional; ser pública em vez de ser particular; dispor de um ensino leigo em vez de religioso; ser única, igual para todos; acabar com a dicotomia entre pobres e ricos; voltar-se ao trabalho enquanto método. Admite o Autor que a educação é um problema de ordem filosófica, moral e social, em que o método sociológico de Durkheim⁵ deve ser aplicado. Este método é correto no sentido da educação construir a moralidade, pois a educação, como questão social, é uma questão ética. Desta forma, a educação escolar tem a finalidade moral de ser igual para todos, homogênea. Em “Educação entre dois Mundos”, afirma-se que a educação deve buscar um fim, não um meio apenas, e que este fim é o “aperfeiçoamento moral do indivíduo” (1958:49).

Fernando de Azevedo é “consistentemente elitista” para L. A. CUNHA (1980), e concorda-se com esta idéia, já que as elites é que educariam as massas, tentando sempre vincular o pensamento à ação. Segundo A. CANDIDO (1962), Fernando de Azevedo se definia um socialista democrático e, se estivesse vivo hoje, talvez se definisse como um democrata liberal.

As questões não são de ensino fundamental, médio, público, privado ou estatal, mas de política educacional, com controle das verbas públicas destinadas ao ensino, com projetos e reformas

⁴ A grande disputa renovadoresXconservadores, legitima a discussão e o debate entre a Igreja e o Estado, entre o público e o privado.

⁵ Do grupo dos escolanovistas, Fernando de Azevedo é discípulo de Durkheim, enquanto Anísio Teixeira é de Dewey, segundo Antonio Candido.

desenvolvidos para todos e por todas as camadas sociais. Segundo D. SAVIANI (1987), o discurso do ensino público ou privado reproduz argumento liberal, vazio de conteúdo histórico-político. O ponto fundamental, que é a educação, desvincula-se do Estado, e a questão não pode ser reduzida ao ensino, no qual a tarefa primordial impõe-se como transmissão do conhecimento; mas a questão está no ensino que leve todos a refletir e desenvolver consciência e elevação cultural.

Mas Fernando de Azevedo tem um olhar "abstrato e ontológico da cultura", segundo E. VIEIRA (1982), pois não admite existir uma história da cultura. Justifica a sua época, o seu momento histórico e cria, indiscutivelmente, uma mentalidade "da cultura e da educação", que tem por objeto descobrir e interpretar as conexões que se estabelecem enquanto unidade do sistema social, com atividade para manter ou alterar as adaptações, ajustamentos e controles sociais, como em Dewey, para indicar a unidade da função; nada é independente da relação.

O autor apresenta um saber metódico, um vigor, um exaustivo discurso da unidade nacional; unidade que incorpora a cultura brasileira; unidade que foi atingida pelos jesuítas, na concepção, na mentalidade, na língua, na religião, nas tradições. Para ele, a unidade é que forma a cultura brasileira. Eis sua maior defesa, que se solidifica com a Reforma de 1928 e amadurece com o Manifesto de 1932. Não interessa a ele se o regime político se altera, ou se mantém; para a educação, não há partido, nem regime, nem governo, só os princípios educacionais em que acreditava e que defendia. Propõe formação única, igual para todos, com um tom conciliador, nos anos trinta, já que as divergências são muitas entre católicos e renovadores. Sente-se o seu conservadorismo, o seu elitismo, a sua formação clássico-humanista e o que está subjacente, as questões políticas de disputa do poder.

A questão é a elaboração do saber que, conforme D. SAVIANI (1987:58), tudo o que a sociedade produz, ela retira dela mesma. A fonte básica da existência do homem é dupla: da natureza que fornece a matéria-prima, e do trabalho que elabora esta matéria-prima, gerando bens. O saber deriva desta relação dos homens com a natureza e dos homens entre si, portanto resulta do trabalho. O saber deriva das massas; ele é extraído, elaborado, formulado em nível erudito e

apropriado pelas elites. Elas, como proprietárias, transformam a verdadeira fonte deste saber em ausência do mesmo. Ou seja, as elites detêm o saber proveniente das massas, explorando-o e expoliando-o da própria massa popular.

Em Fernando de Azevedo, não há estes conflitos, mas um lineamento dos movimentos sociais. Há, realmente, um estudo analítico e evolutivo das tendências educacionais. Sua análise é sociológica e seu relato, descritivo. Na opinião de C. G. MOTA (1985:77), "aristocracia e humanismo, socialismo e visão ilustrada do mundo constituem os eixos que definem a perspectiva do autor de *A Cultura Brasileira*".

Neste artigo, pretendeu-se desenvolver a interpretação da interpretação feita por um dos maiores representantes do escolanovismo, Fernando de Azevedo, que, na obra *A Cultura Brasileira*, apresenta momentos constitutivos que dão historicidade à História da Educação. A historicidade é o elemento da interpretação; o Autor é marco da historiografia educacional no país, é constitutivo de uma mentalidade, pois produz uma História da Educação. Apesar de parecer ingênuo e de que sua postura era aceita apenas pelo seu ideário, e não por compactuar com as propostas do Estado, na verdade, o que legitima não é sua postura "quixotesca" que para muitos existia, mas sim que a escola pública não deve apenas qualificar para que todos possam participar do processo cultural e político do país.

O que legitima é, sim, que a escola deva reproduzir um sistema social que mude as relações sociais de produção, acabando com as diferenças entre as classes sociais. Não há quebra na política educacional tradicional, nem democratização na educação; ao contrário, nada se altera enquanto se mantêm as diferenças sociais.

A obra "*A Cultura Brasileira*", falando em liberdade, respeito e dignidade, referendando o humano e o social, confirmando o desenvolvimento de uma cultura livre e desinteressada das elites, preocupa-se com o rebaixamento da qualidade para levar a educação às massas. A obra versa sobre o ensino público, laico, em que a questão da unidade da política educacional nacional, representa o fio condutor de uma proposta socialista, que, conforme C. G. MOTA (1985:77), usa de instrumentos como a Constituição de 37, para estabelecer "um

vínculo entre o desenvolvimento capitalista e os quadros educacionais”.

O projeto educativo e cultural que Fernando de Azevedo defendeu expõe um humanismo onde a racionalidade é dever daqueles que querem a realidade e acreditam que a educação pode ser instrumento de democratização e modernização social. Porém, em sua obra não há quebra na política educacional tradicional, nem democratização na educação, pois, ao contrário, o encaminhamento da questão é feito no sentido de que deveria haver um ideal comum e uma uniformização da diversidade das tendências, gerando, assim, um processo de homogeneização. Desta forma, nada se altera, enquanto se defende os interesses individuais e a sociedade de classes mantém as diferenças sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira*. 4ª ed., revista e ampliada, Editora Universidade de Brasília, 1963.

_____, *Novos Caminhos e Novos fins*. 3ª ed., São Paulo: Melhoramentos, 1958.

_____, *Educação entre dois mundos*. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

_____, *A Educação na Encruzilhada*. 2ª ed., São Paulo: Melhoramentos, 1960.

_____, *A cidade e o campo na civilização industrial e outros estudos*. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

_____, *Sociologia Educacional*. 6.ed., São Paulo: Melhoramentos, 1964.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 3.ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira*. São Paulo:

Martins, 1962.

CUNHA, Luis Antônio. *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

FERNANDES, Florestan. *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus, 1966.

_____, *A Universidade Temporã*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1986.

MOTA C.G. *Ideologia da Cultura Brasileira(1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1985.

RIBEIRO, M^a Luisa. *História da Educação Brasileira*. S.Paulo: Moraes, 1984.

SAVIANI, Dermeval. *Ensino Público e Algumas Falas sobre a Universidade*. S. Paulo: Cortez, 1987.

SODRÉ, N. W. *Síntese da História da Cultura Brasileira*. São Paulo: Difel, 1986.

VIEIRA, Evaldo. *Por uma História da Educação que esteja presente no trabalho Educativo*, in: *Revista Educação e Sociedade*, São Paulo: Cortez, 12 CEDES, ano IV, set. 1982, p. 110-12.

XAVIER, Maria Elisabeth S. *Poder Político e Educação de Elite*. 2^a ed., S. Paulo: Cortez, 1990.

_____, *Capitalismo e Escola no Brasil*. Campinas: Papyrus, 1990.